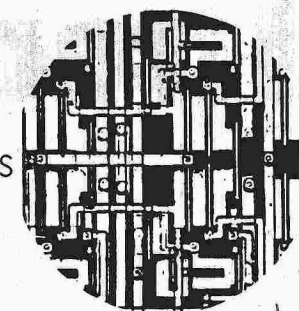


ECONOMIA



Camdessus: apoio.

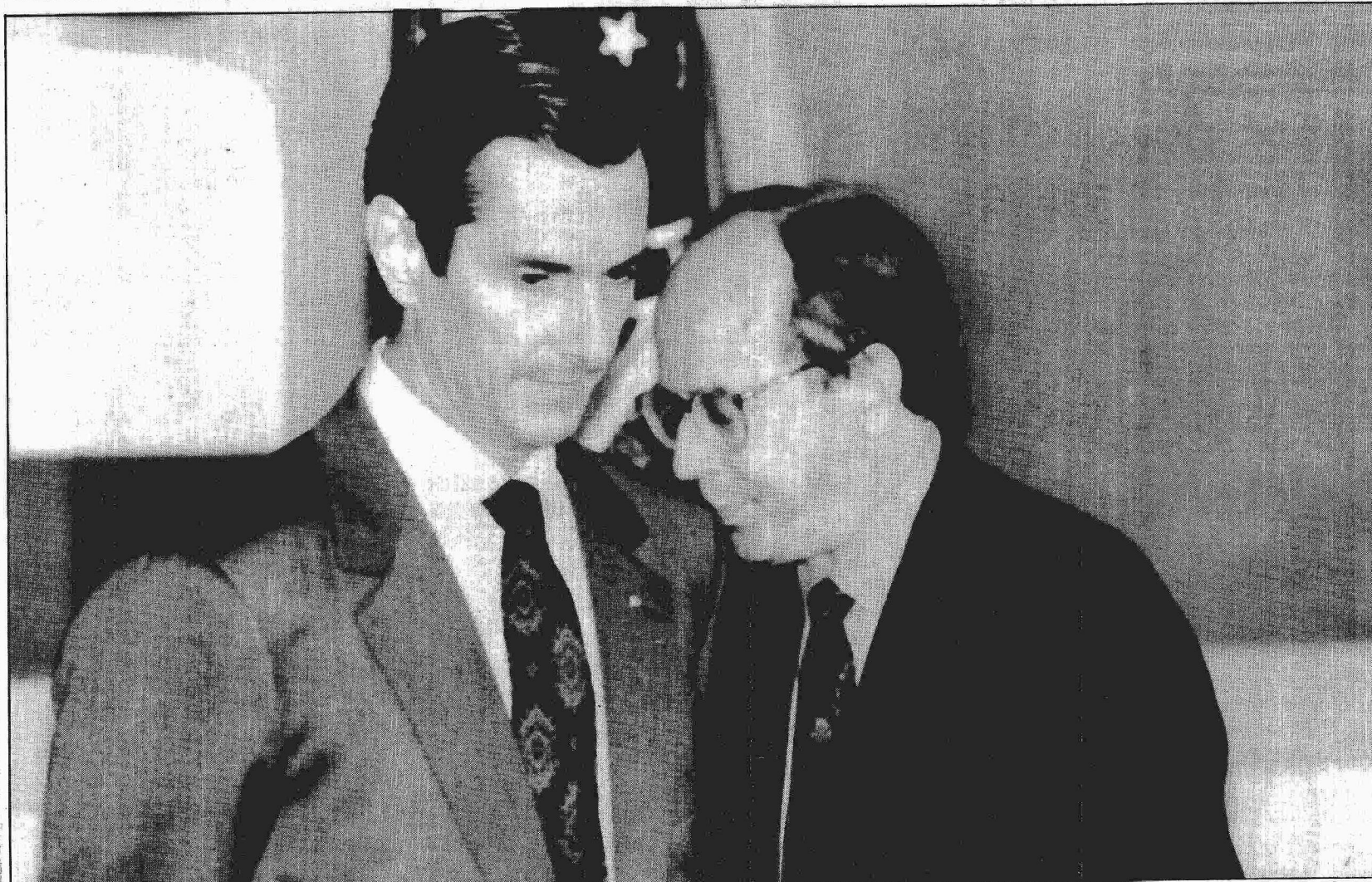
Nesta página: acentuam-se as pressões sobre a política econômica do governo. A Fipe nega que a inflação de abril vá chegar a 23%, mas confirma que o índice volta a indicar alta. **Página 10:** em Washington, Camdessus, do FMI, encontra-se com Marcílio e renova apoio ao plano de estabilização do Brasil. A reunião do sete países mais desenvolvidos revela divergências quanto à retomada do crescimento. Veja por que as bolsas de valores atraem o interesse dos investidores estrangeiros. **Página 11:** a líder mundial em programas gráficos compatíveis com Windows aposta no País.



Microsoft
e Digital
anunciam
acordos

Crescem os riscos para Marcílio

A DISPUTA EM TORNO DO SALÁRIO MÍNIMO REALÇA AS DIFICULDADES QUE CERCAM A POLÍTICA ECONÔMICA



Marcílio com o presidente Fernando Collor: riscos maiores para a política econômica.

Possibilidade de aprovação, pelo Congresso, de um aumento para o salário mínimo acima do que o governo propõe; queda na arrecadação federal; pressão sobre a política monetária resultante da grande entrada de dólares dos últimos meses e o risco de descontrole da inflação fizeram aumentar os temores de que a política econômica do ministro Marcílio Marques Moreira derrape antes de poder estabilizar a economia. Em Washington, onde se encontra, o ministro ainda ouve garantia de apoio ao acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) por parte de seu diretor-gerente, Michel Camdessus, (veja na página seguinte). Internamente, porém, cresce o número de analistas que, como o economista Paulo Rabello de Castro, não vêem articulação na política econômica.

Para o mínimo, o secretário especial de Política Econômica, Roberto Macedo prevê muitas dificuldades para um entendimento entre o governo e o Congresso. "A negociação vai ser dura, o governo não abre mão do valor de Cr\$ 230 mil", ele diz. Macedo acredita que esse impasse só será solucionado com a votação no plenário.

"Eles (os parlamentares) querem muito. Só negociamos um prazo menor de reajustes, se o valor de Cr\$ 230 mil for reduzido mais ainda", reafirmou. O prazo de reajustes proposto pelo governo é de quatro em quatro meses, mas a oposição quer prazos menores, bimestrais ou trimestrais, além do valor de Cr\$ 280 mil. Com isso, diz Macedo, a pressão sobre a Previdência seria de Cr\$ 6,8 trilhões anuais.

Sideval Aroni, presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo, confirma que o aumento do salário mínimo vai pressionar fortemente o caixa da Previdência e as despesas públicas, mas sustenta que o aumento é mais uma variável da política fiscal do que um fator efetivo de recuperação do poder de compra. Mais sérias, em seu entender, podem ser as consequências que advenham de um aumento dos gastos do governo, cedendo a pressões de governadores e prefeitos por liberação de recursos, num ano de eleições.